

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS

ADMINISTRADORES E AOS CONSELHEIROS DA COMPANHIA DE GÁS DO
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL – MSGÁS
MATO GROSSO DO SUL – MS

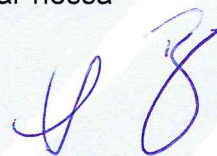
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul – MSGÁS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul – MSGÁS**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e as variações patrimoniais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da **MSGÁS**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **MSGÁS**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma Técnica e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis da **Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul – MSGÁS**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por nós e emitimos o relatório em 16 de março de 2018 com opinião sem ressalva sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

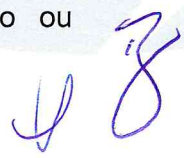
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

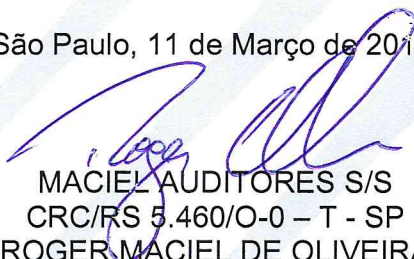
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de Março de 2019.


MACIEL AUDITORES S/S
CRC/RS 5.460/O-0 – T - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS-071505/O-3 – T - SP
Sócio Responsável Técnico

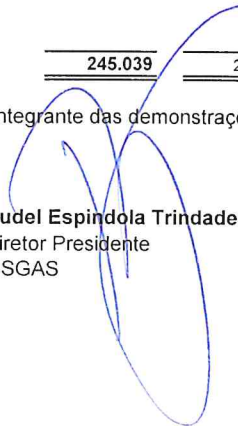

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
CRC RS – 59.628/O-2 - S - SP
Sócio Responsável Técnico



CNPJ 02.741.679/0001-03
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO EM 2018 E 2017
(Em mil reais - R\$)

ATIVO				PASSIVO			
	NE	31/12/18	31/12/17		NE	31/12/18	31/12/17
CIRCULANTE		124.249	103.069	CIRCULANTE		81.112	54.238
Caixa e equivalentes de caixa	4	82.656	72.008	Fornecedores	10	41.626	30.476
Contas a receber de clientes	6	34.215	28.639	Empréstimos e Financiamentos	12	4.396	4.396
Estoques		1.104	1.083	Obrigações fiscais		1.013	1.785
Impostos a recuperar	5	1.493	921	Obrigações sociais		3.630	2.931
Partes relacionadas	7	4.340	0	Adiantamentos de clientes	11	27.921	10.689
Outros créditos		441	418	JSCP a pagar		0	915
				Dividendos a pagar		2.106	2.697
				Outras contas a pagar		420	349
ATIVO NÃO CIRCULANTE		120.790	113.899	NÃO CIRCULANTE		139.470	137.102
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		10.604	2.815	Empréstimos e Financiamentos	12	26.379	30.775
Ativo Financeiro - Concessão	8	411	0	Partes relacionadas	7	104.619	96.534
Impostos a recuperar	5	8.726	2.655	Adiantamentos de clientes	11	3.970	9.633
Outros Créditos		1.467	160	Tributos diferidos		4.342	0
INTANGIVEL CONCESSÃO		110.186	111.084	Outros Créditos	8b 13	160	160
Intangível	9	110.186	111.084	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.457	25.628
				Capital Social		12.775	12.775
				Reserva Legal		2.555	2.090
				Reserva de Lucros a Realizar		2	0
				Dividendos Adicionais Propostos		9.125	10.763
Total do ativo		245.039	216.968	Total do passivo e patrimônio líquido		245.039	216.968

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)


Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGÁS


Valnidércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGÁS



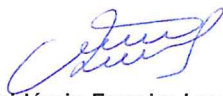
CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 2018 e 2017
(Em mil reais - R\$)

	31/12/18	31/12/17
Receita operacional líquida	417.647	418.927
Custos	(373.079)	(368.213)
Lucro bruto	44.568	50.714
Despesas com Vendas	(632)	(583)
Despesas Administrativas e gerais		
Remuneração a Dirigentes, CA e CF	(1.402)	(1.277)
Salários, Gratificações e Remuneração a Funcionários	(7.876)	(7.332)
Prestação de Serviços PF	(8)	-
Prestação de Serviços PJ	(2.471)	(2.398)
Encargos Sociais - INSS e FGTS	(4.588)	(4.357)
Doações e Patrocínios de caráter cultural	(69)	(55)
Alimentação ao Trabalhador	(1.234)	(1.273)
Demais Impostos, Taxas e Contrib. Exceto IR e CS	(3.393)	(3.313)
Alugueis	(509)	(567)
Desp.c/ Veículos e de Conserv.de Bens e Instalações	(158)	(160)
Propaganda e Publicidade	(521)	(437)
Amortização sobre outros ativos intangíveis	(801)	(691)
PCLD - Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(38)	(3)
Provisão para Férias e 13º Salário de Empregados	(2.550)	(2.375)
Assistência Médica, Odont.e Farmácia a Empregados	(1.057)	(990)
Outras Despesas Operacionais	(18.506)	(11.138)
	(45.181)	(36.366)
 Outras Receitas Operacionais	 14.274	 7.113
Resultado antes do resultado financeiro	13.029	20.878
Resultado financeiro líquido	9.233	3.682
 Resultado antes da tributação sobre o lucro	 22.262	 24.560
Contribuição Social	(2.657)	(2.743)
Imposto de Renda	(7.374)	(7.596)
 Lucro líquido do exercício antes das participações	 12.231	 14.221
Participação no Resultado - empregados	(488)	-
Participação no Lucro - administradores	(45)	-
Lucro líquido do exercício	11.698	14.221
Reversão dos juros sobre capital próprio JSCP	1.038	987
Lucro líquido do exercício após a reversão JSCP	12.736	15.208
 Número de ações do capital social	 12.775	 12.775
Lucro líquido por ação do capital em mil reais R\$	0,9969	1,1905

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGÁS


Valnércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGÁS

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO EM 2018 E 2017
(Em mil reais - R\$)

DENOMINAÇÃO	Capital Social	Reservas		Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	12.775	1.329	0	9.174	4.106	0	27.384
Reserva Legal		761				(761)	-
Dividendos Distribuídos em 2017				(9.174)			(9.174)
Dividendos Adicionais Propostos a Distribuir 2018				10.763		(10.763)	
Ajuste de Avaliação Patrimonial					(4.106)		(4.106)
JSCP Juros s/ Capital Próprio (Líquido 915 + IR 72)						(987)	(987)
Dividendos obrigatórios 25% 2017						(2.697)	(2.697)
Lucro Líquido do Exercício após Reverão dos JSCP						15.208	15.208
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	12.775	2.090	0	10.763	0	0	25.628
Reserva Legal		465				(465)	-
Dividendos Distribuídos em 2018				(10.763)			(10.763)
Reserva de Lucros a Realizar			2			(2)	-
Dividendos Adicionais Propostos a Distribuir 2019				9.125		(9.125)	-
JSCP Juros s/ Capital Próprio (Líquido 915 + IR 72)						(1.038)	(1.038)
Dividendos obrigatórios 25% 2018						(2.106)	(2.106)
Lucro Líquido do Exercício após Reverão dos JSCP						12.736	12.736
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	12.775	2.555	2	9.125	0	0	24.457

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espíndola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGÁS

Valnércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGÁS



CNPJ 02.741.679/0001-03
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO
DO EXERCÍCIO EM 2018 E 2017
(Em mil reais)

	31/12/18	31/12/17
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes da provisão para CSLL e IRPJ	22.262	24.560
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Amortização	14.856	14.244
Participação nos lucros de empregados e administradores	(533)	-
Reversão dos juros sobre capital próprio	1.038	987
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	1.735	-
	39.358	39.791
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (Redução) em contas a receber	(5.576)	(11.965)
(Aumento) Redução em estoques	(21)	(8)
Aumento (Redução) em impostos a recuperar	(6.644)	(2.360)
(Aumento) Redução em outros créditos	5.996	34.030
(Aumento) Redução em partes relacionadas	(11.667)	12.951
(Aumento) Redução em Ativo financeiro - concessão	(411)	-
Aumento (Redução) em fornecedores	11.150	13.148
Aumento (Redução) em obrigações fiscais e sociais	4.343	167
(Aumento) Redução em adiantamento de clientes	17.232	8.526
(Aumento) Redução em outros passivos circulantes	71	97
(Aumento) Redução em partes relacionadas	2.422	1.610
Total das variações de ativos e passivos	16.895	56.196
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(11.766)	(11.089)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(149)	(73)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	44.338	84.825
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições em ativo fixo	(15.463)	(9.971)
Baixa do ativo intangível	227	302
Ativo financeiro - Concessão	407	-
Estorno Pis/Cofins s/amortização	871	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(13.958)	(9.669)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Apropriação de Financiamentos (principal)	-	-
Amortização de financiamentos (principal)	(4.396)	(4.396)
Juros sobre capital próprio pagos	(1.876)	(935)
Dividendos pagos	(13.461)	(11.321)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos	(19.733)	(16.652)
Redução líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa	10.647 ✓	58.504 ✓
Variação líquida no exercício		
Disponibilidades no início do exercício	72.008	13.504
Disponibilidades no final do exercício	82.655	72.008
Disponibilidades líquidas geradas/aplicadas	10.647 ✓	58.504 ✓
(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)		

Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGAS

Valnércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGAS



CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DO EXERCÍCIO EM 2018 E 2017
(Em mil reais)

	31/12/18	31/12/17
(1) Receitas		
. Vendas de produtos e serviços	514.538	497.256
. Outras receitas operacionais	14.274	7.113
PCLD Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38)	(3)
	<u>528.774</u>	<u>504.366</u>
(2) Insumos adquiridos de terceiros		
. Matérias-primas consumidas	(431.417)	(411.883)
. Outros Custos de produtos e serviços vendidos	(2.972)	(3.557)
. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(22.366)	(14.772)
	<u>(456.755)</u>	<u>(430.212)</u>
(3) Valor Adicionado Bruto (1-2)	<u>72.019</u>	<u>74.154</u>
(4) Retenções		
. Depreciação e amortização	(15.727)	(14.872)
. Aproveitamento crédito PIS COFINS	871	788
(5) Valor adicionado líquido produzido pela companhia (3-4)	<u>57.163</u>	<u>60.070</u>
(6) Valor adicionado recebido em transferência		
. Receitas financeiras	18.806	6.006
(7) Valor adicionado a distribuir (5+6)	<u>75.969</u> ✓	<u>66.076</u> ✓
(8) Distribuição do valor adicionado		
(8.1) . Pessoal e encargos	19.169	17.711
(8.2) . Impostos, taxas e contribuições	35.020	31.254
(8.3) . Aluguéis	509	567
(8.4) . Juros e encargos financeiros	8.535	1.336
(8.5) . Lucro adicionado	12.736	15.208
Valor adicionado distribuído	<u>75.969</u> ✓	<u>66.076</u> ✓

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGAS

Valnidércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGAS



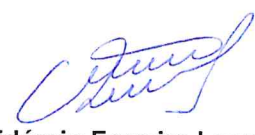
CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO EXERCÍCIO EM 2018 E 2017
(Em mil R\$)

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Lucro Líquido	12.736	15.208
Realização de Ajuste de avaliação patrimonial - adequação ao valor justo	-	(6.221)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	2.115
Resultado abrangente total	12.736	11.102

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)


Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGAS


Valnidércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída com base na Lei Estadual nº 1.854 de 21/05/1998, alterada pela Lei Estadual nº 2.865 de 07/07/2004, sob a forma de sociedade por ações. A Companhia é uma sociedade de economia mista, e seus objetivos são:

Executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, exploração, produção, aquisição, armazenamento, produção e comercialização independente de energia elétrica, transporte, transmissão, importação, exportação, fabricação e montagem de componentes necessários ao suprimento do mercado de gás; distribuição, comercialização e transporte de gás natural e/ou subprodutos e derivados, bem como atuação na área de serviços de transmissão de dados, imagens e informações, por meio da implantação de rede de telecomunicações juntamente com a rede de distribuição de gás natural. A Companhia deu início à fase pré-operacional em julho/1998 e foi até maio/2001, daí em diante iniciou suas atividades operacionais em 01 de junho de 2001.

A companhia tem a concessão exclusiva para distribuição de gás natural em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos a partir de 29 de agosto de 1998, podendo ser prorrogado por até igual período.

De acordo com o contrato de concessão todas e quaisquer obras, instalações de canalizações, redes e equipamentos, nas áreas cujos estudos de viabilidade econômica justifiquem a rentabilidade dos investimentos realizados, segundo taxas de retorno não inferiores a 20% ao ano, serão encargos da concessionária.

Ao final da concessão, por decurso de prazo, todos os bens, da concessionária serão revertidos ao Estado de Mato Grosso do Sul (concedente) e a concessionária será indenizado pelo valor residual dos investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão atualizados monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna – IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em 29/07/2018 iniciou o período dos últimos 10 anos da concessão e a companhia deu início ao controle dos valores dos ativos que irão compor a base de indenização ao término do contrato de concessão mediante registro na conta Ativo Financeiro longo prazo em contrapartida com conta redutora no ativo intangível.

Em caso de extinção da concessão, por expiração do prazo, encampação, caducidade, rescisão, anulação ou extinção da Companhia, a concessionária será indenizada à vista e em dinheiro, pelos serviços, obras, imóveis, benfeitorias, equipamentos, redes de canalização, medidores, e todos os demais bens de seu ativo, atualizados monetariamente, capitalizados até o dia do efetivo pagamento pela variação do Índice Geral de Preços (IGP).

2

IA

Página 1 de 17

Na hipótese em que a extinção não decorra de fatos imputáveis à concessionária, será esta, ainda, indenizada por perdas e danos e todos os prejuízos sofridos com a extinção, notadamente pelos lucros cessantes e danos emergentes, tudo atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As tarifas são propostas pela concessionária e aprovadas pela concedente, que também é responsável por homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas.

A Companhia está ampliando a rede de distribuição de gás natural em Campo Grande e Três Lagoas para abastecer os segmentos: residencial, comercial, industrial e automotivo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram originalmente preparadas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com base nas disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia adotou os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), posteriormente tornados Resoluções pelo CFC, com vigência prevista para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008. Dessa forma, esses pronunciamentos estão aplicados no quarto trimestre findo em 31 de dezembro de 2018 e no quarto trimestre findo em 31 de dezembro de 2017, apresentada para fins comparativos.

- Eventos subsequentes

A entidade avaliou os eventos subsequentes até 18 de janeiro de 2019, que é a data do último dia de trabalho, à campo, da auditoria independente.

- Moeda funcional

A moeda funcional utilizada pela empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07, Lei 11.941/09 e Lei 12.973/14.

Ativo intangível

A Companhia procedeu, em 2010, a reclassificação dos bens dos ativos: imobilizado e diferido para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas na NBC TG 04 – Ativo

P *U*

Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10, com base no disposto na Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09.

3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Igualmente a receita de serviços é reconhecida no resultado em função de sua prestação.

Receitas e custos de construção

As receitas e custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), foram reconhecidas conforme a NBC TG 30 – Receitas, que orienta o reconhecimento na proporção dos gastos recuperáveis e estabelece que, quando não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação, não deve ser reconhecido qualquer lucro.

Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação de registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Instrumentos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de

R *LA*

acordo com sua respectiva classificação:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira desses instrumentos são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidas dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado, se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações reconhecidas no resultado.

As características operacionais e estrutura patrimonial colocam a companhia em um ambiente onde o risco de mercado é pequeno. Os contratos de compra relativos ao gás natural preveem variação cambial, uma vez que estão sujeitos a variação do dólar norte-americano. Para os contratos com clientes cuja margem se enquadra na livre negociação, é prevista cláusula de repasse das variações do preço do gás. Para os demais, a revisão tarifária anual busca manter o equilíbrio entre o custo de aquisição do gás natural e sua tarifa de venda. A administração não utiliza os diversos instrumentos financeiros disponíveis, para proteção dos riscos de mercado.

O risco na compra de gás está relacionado ao fornecimento exclusivo de gás natural por parte da Petrobras.

7

14

Página 4 de 17

Com relação aos demais instrumentos financeiros, a companhia adotou os seguintes procedimentos:

- Aplicações financeiras e demais itens de ativos e passivos circulantes os valores representam de forma adequada os seus correspondentes valores de mercado.
- Passivos não circulantes – compostos por recursos obtidos de contratos comerciais e empréstimos específicos para financiamento das redes de distribuição de gás natural, dentro de condições de mercado, com taxas de juros muito atraentes dentre as vigentes. Os saldos contábeis estão muito próximos dos seus respectivos valores de mercado.

- Outros

Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Ativos circulantes e não circulantes

- Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado e ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

- Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos valores de reposição ou realização.

- Intangível

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da amortização acumulada e ajustados ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil utilizado para fins de cálculo da amortização.

- Redução ao valor recuperável

Os itens do ativo intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor, nos termos da NBC TG 01 - Redução ao valor recuperável dos ativos.

P

IA

Página 5 de 17

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente com base nos balancetes de suspensão, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Demonstrativo do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais.

O DVA foi preparado com base em informações obtidas dos registros que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	338	104
Aplicações Financeiras	82.318	71.904
Total	82.656	72.008

As aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez diária, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco. As aplicações possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade e, em 31 de dezembro de 2018 e em 2017, não possui nenhuma operação objeto de *swap* em sua carteira.

As aplicações financeiras em CDB e Fundo DI são remuneradas por taxas variáveis, referenciadas ao CDI, sendo que para o quarto trimestre de 2018, alcançaram rentabilidade entre 100,5% e 82,4% e em 2017 de 100,5%% e 88,89%, tendo como emissores bancos oficiais.

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia possui créditos de tributos a compensar e/ou a recuperar, provenientes ICMS a Compensar sobre ativos, ICMS a Recuperar sobre consumo de odorante autorizado mediante processo administrativo junto à SEFAZ/MS, INSS referente ação judicial sobre pagamentos efetuados sobre faturas de Cooperativas de Trabalho, Incentivo Fiscal sobre PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador e CS x IR Diferido sobre o valor do Impairment descrito na NE 7.

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
ICMS a compensar	151	187
ICMS a recuperar	35	509
INSS a recuperar	184	182
Incentivo Fiscal PAT	53	43
CSLL saldo negativo	231	0
IRPJ saldo negativo	879	0
Remuner Lic Maternidade	14	0
	1.547	921
Não Circulante		
ICMS a compensar	195	202
CSLL Diferida	553	649
IRPJ Diferido	1.535	1.804
	2.283	2.655
	3.830	3.576

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A Companhia contabiliza a Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) correspondente a títulos de clientes pendentes de recebimento, conforme a Política de Cobrança da Companhia. A administração disponibilizou os referidos títulos para a gerência jurídica avaliar e tomar providências quanto à possibilidade de cobrança de tais recursos.

Contas a Receber	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	34.372	29.061
PCLD - Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa	(157)	(422)
	34.215	28.639

7. PARTES RELACIONADAS

Está representada por contrato de cliente e contrato de aquisição de gás natural no ativo, como adiantamento a fornecedores com a filial da Petrobras/Corumbá e no passivo representado por contrato de venda de serviço de distribuição de gás natural, como adiantamento de cliente com a filial da Petrobras/UTE-LCP. A composição dos saldos atualmente está demonstrada a seguir:

Partes Relacionadas	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Petrobras S.A. Cliente	887	104.619	1.008	96.534
Petrobras S.A. Fornecedor	9.987	-	7.216	-
(-) Impairment	(6.140)	-	(7.216)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
	4.734	104.619	1.008	96.534

Os valores destacados para Petrobras S.A. Cliente R\$ 887 (31/12/2018) e 1.008 (2017) compõem o valor da conta específica de Clientes no Balanço Patrimonial.

A Companhia possui um contrato de Serviço de Distribuição de gás natural, assinado com a Petrobras para atendimento à Usina Termoeletrica LCP – Luis Carlos Prestes, sediada na cidade de Três Lagoas. Tal instrumento prevê movimentações mínimas a serem atingidas independentemente da quantidade de gás efetivamente utilizada a cada período (“Delivery or Pay”), caracterizando, desta forma, adiantamento de cliente. O contrato prevê ainda que o não cumprimento dessas metas acarreta em cobranças adicionais à Petrobras.

Tendo em vista a Quantidade Diária Contratada (QDC) conjugada às regras contratuais previstas para compensação dos adiantamentos acima mencionados, a MSGÁS constatou através de cálculos estimativos, que a UTE - LCP demandaria tempo superior a 12 meses para absorção dos valores adiantados, desta forma tais valores foram classificados no grupo de contas do Passivo Não Circulante.

A UTE – LCP operava sua produção de energia elétrica com circuito aberto, tornando-a comercialmente ineficiente e por sua vez justifica sua baixa média de operação desde a sua implantação em 2001 acarretando adiantamento mensal para MSGÁS em vista de previsão contratual. A partir de outubro de 2011, ela passou a operar com circuito fechado, melhorando exponencialmente assim, a sua eficiência na produção de energia elétrica com menor custo e consumo de gás natural.

Foi realizado teste de impairment sobre os adiantamentos de take or pay–TOP e ship or pay–SOP sobre os valores referente adiantamentos para o fornecedor Petrobras S.A. e constituída provisão para perda dos valores que não há perspectivas de compensação dentro do limite de prazo de 72 meses contados a partir da data do adiantamento, conforme previsão contratual em contrapartida com a conta de Outras Despesas Operacionais.

8. ATIVO NÃO CIRCULANTE

- a. Ativo Financeiro – O Contrato de Concessão prevê que os investimentos efetuados no período referente aos dez últimos anos, serão indenizados com correção pelo IGP-DI. A Entidade passou a registrar, a partir de 29/07/2018, em conta específica denominada Ativo Financeiro no Ativo não Circulante e no Ativo Intangível, sendo esta última, conta redutora (-), os valores proporcionais que não estarão amortizados até o final da concessão (saldo residual) pela taxa linear de amortização de 10% a.a., referente aos investimentos adquiridos a partir da data citada, conforme CPC 04, CPC 27, ICPC 01 e OCPC 05.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo Financeiro		
Ativo Financeiro - Concessão	407	0
Ativo Financeiro - atualização	<u>4</u>	<u>0</u>
	411	0
Ativo Intangível		
(-) Ativo Financeiro - Concessão	(407)	0

- b. Depósitos Judiciais – Para as ações classificadas pelo jurídico como perda provável, foram efetuados depósitos judiciais.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outros Créditos	<u>160</u>	<u>160</u>

- c. Direito de Uso – A partir de 1º de janeiro de 2019 será aplicado o CPC 06 (R2) usando abordagem retrospectiva modificada e portanto, a informação comparativa não será atualizada e continuará a ser relatada sob o IAS 17 e INFRIC 4.

Impacto aproximado na demonstração da posição financeira em 1º de janeiro de 2019.

P *LA*

	R\$
Ativo	
Ativo direito de uso	2.075
Passivo	
Arrendamento mercantil	2.075
Impacto no patrimônio líquido	-

9. ATIVO INTANGÍVEL

				31/12/2018	31/12/2017
Ativos Intangíveis	Taxa	Custo	Amort Acum	Líquido	Líquido
Terrenos	0	1.300	-	1.300	925
Edif Obras e Benfeitorias	10	958	(581)	377	448
Máquinas e Equipamentos	10	896	(637)	259	260
Veículos	10	1.501	(331)	1.170	1.251
Móveis e Utensílios	10	1.709	(927)	782	823
Computadores e Periféricos	10	3.972	(1.999)	1.973	1.587
Software	10	3.585	(2.427)	1.158	839
SDGN - Ramal Três Lagoas	10	126.017	(60.744)	65.273	72.163
SDGN - Ramal Campo Grande	10	87.848	(65.607)	22.241	19.841
SDGN - Ramal Corumbá	10	29.089	-	29.089	29.089
(-) Ativo Financeiro - Concessão	0	(407)	-	(407)	-
(-) Impairment - Investimentos	0	(29.089)	-	(29.089)	(29.089)
Outros Intangíveis	0	16.060	-	16.060	12.947
		243.439	(133.253)	110.186	111.084

Na apuração do balanço/2008 foi aplicado teste do valor de realização do ativo (impairment) nos investimentos relativos ao ramal de distribuição de gás natural para de Corumbá. Tendo em vista que esta UGC – unidade geradora de caixa, não resultou em retorno do investimento a curto ou médio prazo, aplicamos o procedimento estabelecido na NBC TG 01 – Redução do Valor Recuperável do Ativo do Conselho Federal de Contabilidade, no tocante à constituição de provisão para perda do referido empreendimento no montante de R\$ 29.090.

Em 2008, com base em estudos realizados por consultores independentes contratados exclusivamente com este propósito, os itens do ativo fixo que compõem os ramais de gás natural foram reclassificados no sistema de controle, através da aplicação das novas taxas de amortização resultantes da alteração da vida útil dos bens.

As vidas úteis dos referidos ativos foram revistas e reclassificadas, com inversão do lançamento referente à depreciação inicialmente lançada em 2008.

Em 2012, foi aplicada a interpretação dada aos Contratos de Concessão publicada na ICPC 01 (R1), alinhando-se às demais Distribuidoras de Gás Natural do Brasil, no sentido de considerar a taxa de amortização autorizada pelo Poder Concedente de 10% a.a. sobre os bens do ativo, agora classificados como intangíveis, mediante inclusão como despesa no LALUR em contrapartida com reversão de provisão de CS e IR, correspondente à diferença de depreciação/amortização não computada nos anos base de 2008 a 2012.

R LA

Foi realizado estudo sobre o retorno do ativo em operação, teste de impairment, na data base de 31/12/2018 considerando o valor líquido dos ativos intangíveis R\$ 110.185 (excluído a amortização acumulada e o valor já baixado a título de impairment em 2008) com projeções futuras feitas por um período de 05 anos, mostra que o ativo líquido intangível da companhia apresenta capacidade de recuperação, pois o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros é maior que o seu valor contábil registrado, com taxa de desconto aplicada de 20%. Para este período de previsão a Taxa Interna de Retorno (TIR) do valor do ativo líquido registrado no balanço é de 18% para 05 anos e o Valor Presente Líquido (VPL) é de R\$ 8.620.

10. FORNECEDORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedor - Petrobras S/A	37.304	27.740
Outros (materiais e serviços)	4.322	2.736
Total de Fornecedores	41.626	30.476

Fornecimento de gás à MSGÁS a partir de 29 de julho de 1998, compromisso com a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, seu fornecedor exclusivo de gás natural, sendo que em 26/05/2008, 30/03/2012 e em 31/10/2014, foram assinados aditivos para adequar os volumes à realidade comercial do Estado de MS, com rampa de volume progressivos. A variação do valor da Petrobras se deve pela ampliação da planta do cliente Fibria/H2.

11. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Corresponde aos recebimentos antecipados dos clientes, a saber:

Clientes CP - Curto Prazo	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
a) ADM do Brasil Ltda	25.375	9.341
b) Sitrel Siderúrgica Três Lagoas	2.285	1.070
c) Braga Take or Pay	261	278
	27.921	10.689
Clientes LP - Longo Prazo	<u>31/03/2018</u>	<u>2017</u>
a) Sitrel Siderúrgica Três Lagoas	3.970	9.633

Com a cliente Sitrel – Siderúrgica Três Lagoas Ltda, a partir de outubro de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de gás natural a qual efetuou adiantamento com base na Portaria nº 79 de 08/12/2010 da AGEPAN - Agência Reguladora dos Serviços Públicos no Estado, que autoriza a participação financeira de terceiros na aquisição de materiais e serviços necessários para a efetivação de pedido de ligação ao sistema de distribuição de gás natural canalizado o qual possui um saldo de R\$ 4.644 (R\$ 674 CP + R\$ 3.970 LP). Este valor é amortizado mensalmente a título de ressarcimento financeiro previsto contratualmente, através da equação “volume em m³ consumido/mês pelo cliente x tarifa padrão” até exaurir o

R

LA

saldo do adiantamento. A tarifa padrão inicial foi estabelecida em R\$ 0,0776/m³ e será atualizada anualmente pelo IGPM/FGV e o saldo do adiantamento foi atualizado à taxa de 10% a.a. até 14/10/2016, o qual foi aditado e os juros foram suspensos até junho de 2018. Em 01/09/2018, através de 5º Aditivo Contratual, a Sitrel concedeu desconto no valor de R\$ 5.652 tendo em vista a diminuição da QDC para 22.000 m³/dia, enquanto que a previsão inicial era R\$ 63.000 m³/dia.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Contrato de financiamento com o Banco do Brasil S.A. com recursos oriundos do Fundo Institucional de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO) no valor total de R\$ 46.162, destinado ao financiamento para construção de ramal de distribuição de gás natural (gasoduto), com início na Avenida Youssef El Jarouche, percorrendo 44 km até a Rodovia BR 158, Km 231 em Três Lagoas para atender o cliente Eldorado S.A., produtora de papel celulose. A taxa de juros é de 4,12% a.a. com desconto de adimplência de 15%, resultando uma taxa efetiva de 3,5% a.a. com carência de 18 meses para iniciar o pagamento do principal e encargos correspondentes. Em 2018 foram amortizados R\$ 5.536 de capital e juros conforme cronograma de pagamento contratual.

FDCO - Banco do Brasil	31/12/2018	31/12/2017
Curto Prazo	4.396	4.396
Longo Prazo	26.379	30.775
Total	30.775	35.171

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de sua atividade, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista e cível em diversas fases do rito processual, cuja expectativa de saída de recursos é "possível", conforme informado pelos seus assessores jurídicos.

Provisão para Contingências	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Depósitos Judiciais	160	160	160	160

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

Obrigações Fiscais

A Companhia não tem contingências fiscais, sendo que os valores devidos são referentes ao movimento normal, incidentes sobre as apurações e recolhimento mensais da rotina operacional.

Obrigações Sociais

As provisões de férias e encargos (INSS e FGTS) são apropriadas mensalmente à razão de 1/12 avos a partir da admissão.

A partir de 2015 foi aprovada a Política de Participação no Lucro e Resultado, denominada PLR. Dentre as regras, foram estabelecidos índices de realização de metas a serem alcançadas durante o decorrer do ano, sendo:

- Indicadores Econômicos
 - Margem de contribuição (R\$)
 - EBTIDA
 - Investimentos
- Indicadores de Mercado
 - Volume de vendas não térmico m³/ano
- Indicador de Operação
 - Diferença de medição total limitada em + ou (-) que 2 %
 - Extensão de Rede (km)

O cálculo é realizado a partir do Lucro Líquido verificado pela empresa, após o lançamento dos tributos incidentes sobre o lucro, excluídos quaisquer lançamentos relativos à reversão de juros sobre capital próprio e reversão de incentivos fiscais, e antes de considerar os efeitos no resultado da própria PLR.

Em 2018 foram atingidos os índices de realização das metas previstas, portanto foi registrado o valor de R\$ 533 mil de PLR, sendo R\$ 45 mil para PL aos Diretores e R\$ 488 mil para PR dos funcionários.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social ao final de 2018 está representado por 12.775.000 ações nominativas sem valor nominal, sendo 4.258.333 ordinárias e 8.516.667 preferenciais assim distribuídas.

Quantidade de Ações Ordinárias e Preferenciais	%	OR	PR	31/12/2018	31/12/2017
Governo do Estado de MS	51%	2.171.750	4.343.500	6.515.250	6.515.250
Petrobras Gás S/A - GASPETRO	49%	2.086.583	4.173.167	6.259.750	6.259.750
	100%	4.258.333	8.516.667	12.775.000	12.775.000
Lucro Líquido apurado em R\$ mil				12.736	15.208
Lucro Líquido por ação em R\$ mil				0,9969	1,1905

a. Capital

As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento do dividendo mínimo, cumulativo, de 6%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ação, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos obrigatórios, se este for superior ao mínimo;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia;
- Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes.

b. Reserva de Capital

Não há Reserva de Capital constituída.

c. Reserva Legal

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, a constituição da reserva legal foi na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital e tem como objetivo preservar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

O valor da Reserva Legal (5%) do lucro do ano, atingiu o limite de 20% do capital social correspondente a R\$ 2.555.

d. Reserva de Lucro a Realizar

Foi constituída reserva de lucro a realizar no valor de R\$ 2, proveniente de receita de atualização do ativo financeiro após dedução da CS e IR Diferidos, portanto esta reserva está líquida dos impostos.

e. Dividendos

É assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo mínimo de 25%, disposição essa contida na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia.

A Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio sobre os quais há incidência de imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para o acionista imune, Estado de Mato Grosso do Sul. Os juros sobre o capital próprio são contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pelas normas contábeis.

Os Dividendos obrigatórios e adicionais foram pagos da seguinte forma:

Sócios	%	JSCP	25% Obrigatório	Dividendos Adicionais	Total
Governo do Estado de MS	51%	529	1.074	4.654	6.257
Petrobras Gás S/A - GASPETRO	49%	509	1.032	4.471	6.012
		1.038	2.106	9.125	12.269

Os 75% referente aos dividendos adicionais propostos, no valor de R\$ 9.125, foram registrados no Patrimônio Líquido – PL, sendo R\$ 4.654 para o Governo do Estado de MS e R\$ 4.471 para Gaspetro, em conta com o mesmo nome, para a assembleia deliberar a respeito de sua destinação.

f. Lucros e/ou (Prejuízo) Acumulado

Com a adoção dos critérios legais para análise do valor recuperável do ativo, e sua aplicação em 2008, houve significativo impacto contábil no Patrimônio Líquido, em vista da baixa dos ativos referente ao Ramal de gás natural instalado em Corumbá (35 km) no valor de R\$ 29.090.

Em 2018 o Lucro apurado foi de R\$ 12.736.

16. RECEITA BRUTA E RECEITA/CUSTO DE CONSTRUÇÃO

a. A receita bruta é formada por valores relativos ao fornecimento bruto de gás:

Receitas	31/12/18	31/12/2017
Receita com venda de gás	506.537	482.906
Receita com venda de serviço	8.001	14.349
Receita Bruta	514.538	497.255
Dedução incidentes sobre vendas		
(-) ICMS	(59.756)	(55.440)
(-) ISS	(400)	(717)
(-) PIS	(6.276)	(3.955)
(-) COFINS	(28.908)	(18.217)
(-) Vendas canceladas e devoluções	(1.091)	-
(-) Descontos incondicionais	(460)	-
Soma das deduções	(96.891)	(78.329)
Receita Líquida R\$ mil	417.647	418.926

b. A Receita e Custos de Construções são apresentados para atender ICPC 01 (R1)

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o melhor custo para realização das obras. Desse modo, a construção se apresenta para a MSGÁS integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural.

A receita de construção foi apurada conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, da Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão, da NBC TG 17 – Contratos de Construção e da NBC TG 30 – Receitas. Os gastos incorridos no período para ampliação da rede são conhecidos, mas as transações de onde fruirão os benefícios não podem ser mensuradas confiavelmente, pois os clientes não têm consumo fixo de gás.

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de Construção	12.597	8.422
Custo de Construção	(12.597)	(8.422)
Receita Líquida	-	-

c. Despesa por Função e Natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do período por função, conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

Despesas por função apresentada no DRE	31/12/2018	31/12/2017
Custos	373.078	368.213
Despesas administrativas e gerais	34.337	36.948
	407.415	405.161
Despesas por natureza	31/12/2018	31/12/2017
Compras de gás	352.599	347.800
Custo de operação e manutenção	6.424	7.019
Amortização	14.055	13.393
Despesas com pessoal	19.466	17.604
Despesas com materiais e serviços	387	763
Outras despesas operacionais	14.484	18.582
	407.415	405.161

17. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia, manter cobertura de seguros por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

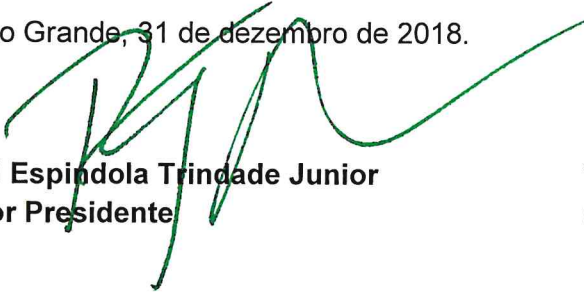
17

17

18. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e as respectivas apropriações de receitas e despesas, contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Campo Grande, 31 de dezembro de 2018.



Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente



Valnidércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4